SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Boletim do Judiciário

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas
Filiado à Conlutas

Terça-feira, 6 de Julho de 2010 - Boletim 31 - 6.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

60 dias de greve

Sem PCS, é paralisação geral no Eleitoral

Semana será de mobilização para pressionar o governo a parar de enrolar e fechar um acordo com a categoria

A proposta apresentada na reunião entre Lula e Peluso na última quinta-feira recebeu uma grande vaia e uma "vuvuzelada" na assembleia estadual realizada nesta segunda-feira, 5, em frente ao TRE. Às vésperas de completar 60 dias de greve, os servidores demonstraram sua indignação com a postura do governo e do presidente do STF, Cezar Peluso, que propuseram a criação de um grupo de trabalho para estudar o PCS e apresentar ao próximo governo. A categoria decidiu que a resposta dos servidores a essa "afronta" é o fortalecimento da greve.

Nesta semana, foi aprovado ainda que o foco das mobilizações de greve será o TRE, com paralisação total, acompanhando a decisão do Comando Nacional. Nesta terça, 6, será dia dos servidores de outros tribunais comparecerem ao Eleitoral para fortalecer a greve no prédio. Na quarta, 7, haverá um ato público em frente ao tribunal. E na quinta, 8, os servidores farão uma nova assembleia estadual, já que neste dia, às 9h, está prevista uma nova reunião do Comando de Greve com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, e o advogado geral da União, Luis Inácio Lucena Adams.

Para Erlon Sampaio, diretor do Sintrajud, a greve, agora, entra em um momento "crucial". "Aqueles que ainda estão em seus setores devem aderir ao movimento", convoca. De acordo com Inês Casrto, diretora do Sintrajud, a proposta desrespeita os servidores, por isso a resposta não pode ser outra, senão greve.

Para os servidores, os próximos dias serão decisivos para lutar pelo PCS e contra o congelamento salarial até 2019, como prevê o PLP 549/09. Os servidores vão exigir o fechamento de um acordo antes do recesso legislativo.



Servidores exigem resposta de Peluso

Como presidente do STF, os servidores esperavam que o ministro Cezar Peluso tivesse uma postura firme na defesa do Plano de Cargos e Salários da categoria. Porém, a conivência com o governo federal foi duramente criticada durante a assembleia desta segunda, 5. "Temos que cobrar mais responsabilidade do ministro", disse Leica Silva, diretora do Sintrajud.

Para Adilson Rodrigues, diretor de base da JF de Santos, o Judiciário hoje está acéfalo. "Peluso nos deve uma resposta. Não podemos contar com um presidente do STF que não tenha coragem de defender seus projetos diante do governo", afirmou. Adilson destacou ainda que desde que tomou posse em 23 de abril, o ministro ainda não recebeu os representantes dos servidores em Brasília. "O chefe do Judiciário não pode abaixar a cabeça e permitir que o nosso PCS seja jogado para o ano que vem."

Associações são criticadas por prejudicar a luta pelo PCS

As notícias falsas publicadas por associações de servidores de que haveria uma proposta fechada do governo foram rechaçadas na assembleia. "Elas fizeram um desserviço à nossa organização. O Sindicato nunca escondeu qualquer proposta", disse Cláudio Klein, diretor de base do Sintrajud.

Para a diretora do Sindicato Leica Silva, a luta pelo PCS é uma construção coletiva, com todas as decisões votadas em assembleias. Já as associações, para ela, usam a técnica de dividir a categoria para dominá-la.

Outra crítica foi em relação à imprensa comercial, que tem publicado diversas matérias contra a luta dos servidores, noticiando inverdades e propostas inexistentes.

Terça (6/7)
Arrastão do TRE durante todo o dia
TRT-2 - reunião com a relatora do processo que pede a suspensão do corte dos pontos, às 17h

Quarta (7/7)
Concentração no TRE, a partir das 9h, e ato público pelo PCS e contra os "fichas sujas"

Quinta (8/7)
Reunião entre Paulo Bernardo e o Comando Nacional de Greve, em Brasília, às 10h
Assembleia Estadual, às 15h, em frente ao TRE

Entrevista

‘O objetivo é que se negocie na instância administrativa’, diz advogada sobre o corte de ponto

Coordenadora do Departamento Jurídico do Sintrajud, Eliana Ferreira, explica as medidas adotadas até o momento contra o corte de ponto no TRE e TRT

Como está a ação judicial contra o desconto dos dias no TRE?

No TRE, o recurso administrativo já foi a julgamento no pleno e não obtivemos êxito. Assim, em razão da impossibilidade de revogar ou suspender a portaria até a presente data nas instâncias administrativas, bem como em razão da manutenção do posicionamento do corte de ponto pelo presidente do TRE, ingressamos com uma ação judicial requerendo a antecipação de tutela para suspender os efeitos da portaria e garantir o pagamento dos dias. Nessa sexta-feira (2), foi indeferido nosso pedido de antecipação de tutela, sob alegação de não se vislumbrar prova inequívoca do cumprimento dos 80% de funcionamento determinado na decisão do STJ. Então, nós estamos solicitando ao juiz a reconsideração da decisão, demonstrando o cumprimento dos serviços essenciais no sentido de impedir o desconto dos dias de greve.

E no TRT...

No TRT, foi protocolado Recurso Administrativo que foi encaminhado para o órgão especial. Nesse órgão, ele foi distribuído para a vice-relatora, que é a doutora Sonia Maria de Oliveira Prince Franzini, que irá receber o sindicato hoje. Pretendemos dialogar para que seja garantido o efeito suspensivo dessa portaria desde já, que nos garantiria um tempo maior para esgotar as negociações do PCS e daí discutir a questão dos dias parados, em âmbito nacional.

A decisão da 15ª Região pode ajudar os servidores da segunda região?

É um precedente bastante importante. Lá, a maioria dos desembargadores julgaram pela suspensão dos efeitos da portaria, alguns pela revogação da portaria. Nesse sentindo é uma decisão muito positiva, para que após o trâmite do PCS possa ocorrer a negociação dos dias.

Essa greve tem um marco diferente, que é o desconto...

No TRE não é novidade, pois a administração sempre teve essa postura. Agora, nos demais tribunais, isso é uma novidade. Acreditamos que isso tem a ver um pouco com o julgamento do mandado de injunção que determinou a aplicação por analogia à lei 7783/89, que



Kit Gaion

é a lei de greve. De lá para cá, nós percebemos que houve uma mudança de entendimento em boa parte das decisões, embora este ano tenhamos tido alguns precedentes importantes como a decisão sobre a greve dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, onde no julgamento do agravo de instrumento apresentado pela União foi julgado por unanimidade a manutenção do salário dos servidores que impediu o corte de ponto.

Por que esgotar as vias administrativas antes de ingressar com uma ação judicial, no caso dos cortes de pontos?

O objetivo é que se negocie na instância administrativa. O Judiciário deve ser a última instância. Até porque uma decisão desfavorável, que imponha o desconto, tende a prevalecer como um precedente negativo para o direito de greve, podendo ter repercussão nacional. Então, achamos que avançar para uma saída negociada, como nas últimas greves, é imprescindível para que se garanta o efetivo exercício do direito constitucional de greve.

Fala servidor Lula e Peluso deixam os servidores indignados

Durante a assembleia estadual desta segunda, a reportagem do Sintrajud ouviu os servidores sobre o resultado da reunião do presidente Lula com Peluso. Indignados, os servidores consideraram a proposta do governo um desrespeito. Veja o que alguns disseram.

“É o mesmo que nada, é um desrespeito. Estão contando com o desmantelamento, querem que a gente desista. Mas agora é o momento é perseverar na luta, unidos, mostrando que nós, assim, vamos conseguir nosso objetivo.”
Bernadete Amaral de Souza, do TRF



“É uma provocação para que nós nos mobilizemos para inviabilizar as eleições. Queremos que os presidenciáveis digam qual é a sua posição sobre o nosso PCS ainda durante a greve.”
Ivo Oliveira Farias, da JT Ribeirão Pires



“Essa proposta do governo retira as ilusões das pessoas que achavam que o PCS viria sem luta, que seria algo automático. Acaba também com a ilusão de que o governo é sensível aos trabalhadores.
Fica claro que o governo Lula desmonta o serviço público, criminaliza a greve e desrespeita o trabalhador. Agora, entramos num patamar mais lúcido de luta.”
Ely Veríssimo, do TRE



Contribua com o Fundo de Greve

Banco do Brasil nº 001 Conta poupança

Agência	Nº da conta-DV	Variação
18945	535.500-1	1

CAIXA CEF nº 104 Conta poupança

Agência	Operação	Nº da Conta-DV
1004	22	49-9